



## O LIVRO DIDÁTICO NO PNLD 2021: RACIONALIDADE NEOLIBERAL E RESISTÊNCIA

Ludmila Losada da Fonseca <sup>1</sup>  
Ivaine Maria Tonini <sup>2</sup>

### RESUMO

O livro didático é uma materialidade presente na realidade escolar, o que ocorre historicamente e de forma bastante difundida. Consideramos que, enquanto produto de uma política pública, ele carrega consigo verdades, discursos autorizados e uma organização. O presente artigo visa compreender as mudanças que ocorreram no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) destinado ao Ensino Médio no ano de 2021 a partir do bojo da racionalidade neoliberal mediada por demais políticas educacionais precedentes, a saber: a contrarreforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta pesquisa qualitativa foi desenvolvida por meio de uma metodologia que interroga o que é pesquisado como possibilidade de fazer emergir as lutas e resistências. A mirada que trazemos é de identificar as resistências possíveis e que foram ou podem ser produzidas a partir do novo PNLD.

**Palavras-chave:** PNLD, Racionalidade Neoliberal, Resistência, Livro Didático de geografia.

### RESUMEN

El libro de texto es una materialidad presente en la realidad escolar, que ocurre históricamente y de forma generalizada. Consideramos aquí que, como producto de la política pública, lleva consigo verdades, discursos autorizados y una forma de organización. Este artículo tiene como objetivo comprender los cambios ocurridos en el Programa Nacional de Libros y Material Didático (PNLD) para Escuelas Secundarias en 2021 a partir del auge de la racionalidad neoliberal mediada por otras políticas educativas previas, a saber: la contrarreforma de la Educación Secundaria y la Base Curricular Nacional (BNCC). Esta investigación cualitativa se desarrolló a través de una metodología que cuestiona lo que se investiga como posibilidad de hacer emerger luchas y resistencias. El objetivo que traemos es identificar las posibles resistencias que se produjeron o se pueden producir a partir del nuevo PNLD.

**Palabras clave:** PNLD, Racionalidad Neoliberal, Resistencia, Libros Didáticos de geografia.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutoranda na Linha de Ensino de Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande Sul - RS, [ludmila.losada@gmail.com](mailto:ludmila.losada@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora Doutora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, [ivaine@terra.com.br](mailto:ivaine@terra.com.br);



A escrita deste artigo foi motivada pelas recentes mudanças às quais o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) passou em sua última edição destinada ao Ensino Médio, que afetarão o conteúdo e o uso desse material em sala de aula. O intento dessa pesquisa também se dá em razão do processo de escolha na qual a primeira autora participou enquanto professora do Ensino Médio.

Posto isso, importa destacar que as mudanças no PNLD 2021, tais como a produção dos livros por áreas do conhecimento e o aumento dos objetos fornecidos pelo edital, foram acarretadas por mudanças anteriores que ocorreram no próprio Ensino Médio, a saber: a contrarreforma<sup>3</sup> do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Essas alterações estão conectadas à racionalidade neoliberal, isso é, a um conjunto de propostas que desejam fabricar (DARDOT; LAVAL, 2016) um sujeito próprio a um tipo de sociedade onde se é cada vez mais atomizado, auto responsabilizado e apartado de uma dimensão social.

O contexto ao qual nos referimos neste estudo é *a nova razão de mundo* neoliberal sobre a qual o sistema educacional brasileiro está imerso. As contribuições trazidas por Dardot e Laval (2016) apontam que para essa lógica é necessário um sujeito que haja consigo como empresário de si, nos moldes do que trata a Teoria do Capital Humano, e que encontra no autoconhecimento (desenvolvendo os aspectos socioemocionais) uma das formas de investimento nesse capital; e que se comporta com os outros na lógica da concorrência.

Em nossa leitura, é a partir desse contexto que falamos do livro didático que está sendo produzido pelo PNLD 2021, momento em que se apaga a noção de uma educação básica. Dessa forma, compreendemos que o neoliberalismo não está situado unicamente sobre a dimensão econômica, mas sim como uma governamentalidade, ou seja, uma forma de conduzir as condutas dos outros e de si (FOUCAULT, 2008; 2020). Assim, concebemos o livro didático como estratégia para essa condução de condutas (OLIVEIRA, 2019) na sua potência de disseminar discursos que constituem o sujeito próprio ao neoliberalismo. Por isso a importância de compreender como e em que bases

---

<sup>3</sup> Ao evocar as mudanças que ocorrem, por força da lei, de contrarreforma, fazemos coro ao exposto pelos professores Motta e Frigotto (2017) que atentam para a palavra reforma direcionar (ainda que criticadas pelas esquerdas) para uma potência de mudança para as classes populares, assim que devemos pontuar o teor não progressista que a legislação citada carrega.



legais os materiais didáticos são produzidos e que tipo de resistências surgem dessa relação.

Nesse sentido, urge que discussões sobre os livros didáticos sejam tensionadas sobre este contexto que retira o livro didático de Geografia de docentes e discentes, ao mesmo tempo em que diminui a carga horária destinada à Geografia e que, por consequência, extirpa do alunado as possibilidades de uma leitura e atuação crítica e reflexiva do/no mundo vivido.

A metodologia aqui empregada, considera o marco analítico parte importante e constituinte do processo da pesquisa. Dessa forma, quando abordamos o contexto da produção desses novos livros didáticos e o que eles podem suscitar em professores e estudantes, também tem de se pensar nos movimentos de resistências que essa mesma materialidade produz. Isso está associado ao entendimento foucaultiano do conceito de poder, posto que onde há relações de poder, há resistências. Desejamos aqui tratar dessas relações por meio de documentos legais que regem as políticas educacionais e de manifestações escritas de grupos de professores contrários ao PNLD 2021.

Assim, esse trabalho encaminha esta discussão para compreender o PNLD 2021 como parte de um conjunto de ações características da racionalidade neoliberal, no caso em tela por meio da diminuição da Geografia pelas páginas dos livros didáticos do Ensino Médio. É na compreensão de um mesmo teor neoliberal das recentes políticas educacionais que se dão as resistências ao novo PNLD.

## **METODOLOGIA**

No prefácio do livro *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação* (MEYER; PARAÍSO, 2012), a professora Gastaldo explicita que a perspectiva Pós-crítica permite a saída do armário científico e resgata a dimensão subjetiva daquele que produz a investigação. Portanto, o processo de uma pesquisa inicia-se com a vontade e o desejo de estudo sobre algo, já que não há como desfazer a relação “[...]entre as formas de ver de um pesquisador e o lugar social de sua própria história pessoal” (KINCHELOE; BERRY, 2007, p.16), escancarando sua subjetividade e sua posição no mundo, principalmente dos encontros com o livro didático, de uma das autoras, como professora da educação básica.



Para a realização deste artigo, encontramos nos referenciais teóricos trazidos pelos Estudos Culturais (EC), uma perspectiva possível para dialogar com nossas necessidades e angústias. Dessa forma, consideramos a conexão existente entre cultura e as relações sociais e a imbricação entre poder e cultura, sendo ele locus de disputas e de assimetrias. Colocar o livro didático na perspectiva da centralidade da cultura (HALL, 1997) é compreendê-lo como forma de uma luta pelo poder através de discursos e formas simbólicas que constituem a vida social.

Fazemos menção aqui à compreensão de Meyer e Paraíso (2012) sobre o papel da metodologia e a sua imbricação com a teoria quando elas pontuam que uma metodologia de pesquisa é pedagógica por elaborar caminhos que conduzam a produção do conhecimento e deve ser construída no processo de investigação e de acordo com as necessidades colocadas pelo objeto de pesquisa e pelas perguntas formuladas (MEYER; PARAÍSO, 2012).

Dessa forma, o questionamento que movimenta o presente artigo é se o PNLD 2021 se alicerça sobre as mesmas bases de sustentação que a contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC e como ele responde a isso por meio das alterações no livro didático. Para esse estudo foi realizado a análise dos documentos legais que antecederam e deram lastro para que o presente PNLD se constitua da forma como está. Os documentos analisados são: a lei que institui o novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o PNLD 2021.

Neste sentido, aqui é proposta uma abordagem predominantemente qualitativa e com intento de combater opressões e pretensas verdades normativas. Posto isso, movimentamo-nos para multiplicar sentidos, formas, lutas (MEYER; PARAÍSO, 2012) no momento em que concebemos que as legislações, as normas estabelecem uma relação de poder, logo, há um movimento concomitante de resistência às mudanças que os documentos ora citados promoveram. Por isso, este artigo também objetiva a análise de documentos que manifestam essas resistências, por meio das cartas-manifesto veiculadas pelos professores da educação básica pública que respondem contrariamente a essa nova proposta política e curricular para a educação através dos livros didáticos, a saber: “Carta-Manifesto por uma Frente Nacional em Defesa do PNLD 2021 Democrático”, “Carta de repúdio dos docentes das disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual João Alfredo” e “Nota dos professores de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti”.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Em face da mirada que trazemos para a discussão da relação saber-poder do/no livro didático sob o viés neoliberal, é mister que revelemos nosso entendimento sobre tal. Compreendemos, então, apoiadas em Foucault (2020) e Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo para além de uma perspectiva econômica traduzida em políticas econômicas austeras e no enfraquecimento do Estado, mas sim como uma forma em que se racionaliza a relação dos sujeitos consigo, com o outro e com o mundo. Desse prisma, segundo Foucault, todas as ações cabem dentro da grelha da inteligibilidade econômica, todas as ações podem gerar lucro. Essa razão de mundo, baseado em uma racionalidade econômica-empresarial guia a prática de governo, coloca o Estado a serviço dessa lógica, e molda os sujeitos de interesses (FOUCAULT, 2020), ou os sujeitos próprios à governamentalidade neoliberal.

*A nova razão do mundo* neoliberal fez da escola esse aparelho de regulação da vida (de como viver) cada vez mais forte enquanto instituição reprodutora (de discursos) e fez da educação um fator condicionante para a produção econômica. Para cumprir esse papel, a escola é regada sob o discurso da inovação, da eficiência e da modernidade, colocando em xeque o sentido da educação básica e do bem público e, por meio das reformas educacionais, ela se adapta ao jogo concorrencial que vê o espaço escolar como fábrica ao capital humano (LAVAL, 2019).

Dada a compreensão do neoliberalismo, o presente artigo fundamenta-se no conceito de poder. Como desde o princípio desta produção faço uma interlocução com filósofo Michael Foucault e dados os elementos da realidade, não poderíamos nos furtar e tomar todas essas políticas e suas incidências como *coisa* dada ou aceita. Isso ocorre pela concepção do poder como algo que se dá na relação e na mirada foucaultiana “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1988, p.90), ou como retoma Garbois (2011), quando não há resistência é porque não se trata mais de relação de poder e sim de obediência. O que está colocado é que há um sentido de uma coexistência entre poder e resistência, e não haveria possibilidade de não pontuar e de não a fazer florescer a resistência aqui. Já que reconheço nessa perspectiva que estamos imersos em relações de



poder, há que se situar estrategicamente para a resistência e perceber as possibilidades de se fazer diferente, de provocar sentidos para a transformação.

Nisso situamos o movimento de parte dos professores que negam, por meio da não adesão ao PNLD, uma forma de condução (de governmentação) por meio dos livros didáticos. Percebemos esses movimentos como ações de resistência na perspectiva desenvolvida por Foucault (1988) de uma contra conduta, onde está o desejo de ser governado de uma outra forma. A perspectiva foucaultiana também sustenta nossa visão para o livro didático como uma das estratégias de governmentação da população (OLIVEIRA, 2019). Os conhecimentos, os saberes ali construídos são produtos das relações de poder-saber, por isso essa disputa pelo livro didático (em forma e conteúdo).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos entendimentos supracitados, dedicamo-nos a olhar para o novo PNLD, para suas políticas precedentes e, por certo, para os movimentos de resistência.

Os livros didáticos se disseminam pelo território brasileiro enquanto uma política pública – desde 1985 – e carregam consigo um tipo de currículo, compreendendo os saberes que são necessários, as informações que são úteis ao processo de ensino-aprendizagem e que se fazem presente nas escolas enquanto *forças de verdade*.

De forma que o LD, para além de um recurso, torna-se, em sua forma e utilização, uma estratégia para conformar condutas (OLIVEIRA, 2019) no contexto de uma maior imbricação entre o Estado e o mercado que se revelam na “relação estratégica entre relações de poder e práticas de saber” (OLIVEIRA, 2019, p.16). Conforme detalhado pelo autor:

Estratégico em função dos mecanismos que usa, das formas e do papel que assume na escolarização e da especificidade do seu posicionamento nas políticas de Estado para a educação escolar no Brasil. O livro didático enseja, nesse sentido, uma série de subjetivações a partir dos textos, imagens, lugares, legendas e ideias que povoam suas páginas e se digladiam na articulação de saberes ali proposta (OLIVEIRA, 2019, p.69).

O livro de fato torna-se mais uma das múltiplas estratégias para o governmentação e mostra-se de grande efetividade em razão do seu espraiamento em que os livros chegam a quase todas as comunidades escolares. Conforme aborda Oliveira (2019), “o PNLD territorializa-se na política educacional brasileira a partir da incitação, produção e



ambientação de saberes, mediados por um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas” (p. 69) que constituem, nesta perspectiva, estratégias para a conformação de sujeitos próprios à racionalidade neoliberal.

O esforço empreendido em explicar o conjunto de políticas que modificam sensivelmente o Ensino Médio se justifica na influência profunda que elas geram nos materiais didáticos. E os elementos destacados de como essas políticas (co)respondem à racionalidade neoliberal, apontam para o papel importante dos livros didáticos (LDs) na construção dos saberes e dos sujeitos. Para isso é necessário retomar quais foram as mudanças promovidas pela contrarreforma do Ensino Médio e pela BNCC na sua última versão.

Essas alterações na concepção do Ensino Médio não estão apartadas do contexto político em que se vivia. Cabe destacar que, ainda que estivesse sendo gestado dentro do legislativo brasileiro mudanças para o Ensino Médio, foi com o golpe de 2016 que se acelerou e que foram promulgadas alterações importantes e que aproximaram a educação brasileira, ainda mais, de uma perspectiva neoliberal.

Com a Lei do Novo Ensino Médio – chamada neste artigo de contrarreforma – fornece à Lei de Diretrizes Básicas à educação (LDB) elementos úteis à dimensão neoliberal pela preocupação com os aspectos socioemocionais, ao desenvolver uma educação pautada na construção do projeto de vida do estudante. A importância da dimensão socioemocional foi discutida por Dardot e Laval (2016) desenvolvendo as noções de responsabilidade de suas condições, nesse sentido a dimensão “psi” toma grande importância por ser ela utilizada como instrumento para essa racionalidade, por meio da motivação e do sucesso. Nesse sentido, essa mudança parece instrumentalizar de forma satisfatória o jovem para o seu projeto de vida e para a complexidade do mundo, transferindo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso ao indivíduo.

Para além de uma nova concepção, essas alterações também pautaram uma mudança organizativa que reverberou em alterações no currículo e na compreensão sobre o que se compreende como função da educação básica no Ensino Médio (EM), dividindo-o em dois momentos: a Formação Geral (normatizada pela Base Nacional Comum Curricular) e os Itinerários Formativos. Os itinerários formativos – são cinco –, de um lado, materializam uma educação flexível, “ao gosto do cliente”, em nome da complexidade que é a vida contemporânea e o mundo globalizado, mas de outro deposita no jovem, mais uma vez, o peso das suas escolhas, da sua formação. Isso nos remete ao



que Laval (2019) definiu como uma escola supermercado, onde o aluno customiza a sua formação, esvaziando o sentido de uma formação básica.

À Formação Geral coube a divisão por áreas do conhecimento. Ocorre que a contrarreforma do Ensino Médio desobriga que as escolas se organizem por disciplinas suscitando uma interdisciplinaridade rasa e sem aprofundamento dos conceitos dos campos disciplinares e por consequência podem fazer desaparecer ou diminuir (em tempo e espaço) algumas disciplinas, como a Geografia.

Para a efetivação da contrarreforma do Ensino Médio, foi necessária a promulgação da Base Nacional Comum Curricular, que apresenta como finalidade a produção de um sujeito que seja capaz de liderar, empreender e aprender de forma contínua (BRASIL, 2018). A dimensão socioemocional, o ímpeto de liderança, de ser um empreendedor, de estar sempre em formação para um *futuro que parece como uma miragem* (SANTOS, 2013), podem ser percebidos como elementos para o autoconhecimento, para encorajar os jovens a buscarem seus objetivos; mas não há como desvencilhar esses elementos para a formação de um sujeito empresário de si, que tem nesses mesmos elementos os fundamentos para fabricar sujeitos neoliberais.

Isso se torna cristalino no “Guia de Implementação da BNCC” e no “Guia para Gestores Escolares” (BRASIL, 2019), elaborados por: MEC (Ministério da Educação, Undime, Consed (que assinam a Base) e o Movimento pela Base Nacional Comum. É sobre este último grupo que olhares despertam para as intenções privatistas e da fabricação do sujeito neoliberal por meio do ensino público, com seu conselho composto por representantes do Banco Itaú, da Inspirare, da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Lehman, da Fundação Santillana (participante do PNLD), da Fundação SM (participante do PNLD) e do Instituto Unibanco. Nesse sentido, a escola passa a ter, como qualquer outra empresa, “Missão, Visão e Princípios” (BRASIL, 2019), de modo que importa ao conjunto de empresas citadas que a razão empresarial, o lucro, a eficiência, seja exatamente aquilo que vai guiar o processo educativo.

Essa visão de educação reverberou nos materiais didáticos de forma importante, posto que os livros didáticos (LDs) assumem cada vez mais um caráter estratégico dada a realidade da dependência que há dos docentes com os LDs, em razão da precarização do trabalho, por serem fonte confiável de informação e por estarem presentes em nossas salas de aula.





Com esse perfil construído, identificamos no PNLD 2021 uma conclamação à *inovação*. O PNLD 2021, por meio dos seus cinco objetos, direciona para um [...] processo de reformulação [que] compreende a ampliação da carga horária mínima, a flexibilização curricular, o foco no estudante e no seu desenvolvimento integral e a incorporação de práticas escolares mais dinâmicas e interativas, que considerem as especificidades e demandas de jovens que já nasceram no século XXI (BRASIL, 2019, p. 48). Dessa forma, os livros didáticos são reformulados na direção da inovação curricular por meio de uma tentativa de interdisciplinaridade, como se essa reformulação fosse a grande demanda dos estudantes e a garantidora da permanência dos jovens na escola, posto que o LD se apresenta de forma mais interessante ao perfil do aluno do século XXI.

Em razão das políticas ora citadas, o PNLD cumpre a nova função de ser um dos instrumentos para a implementação da BNCC e que de forma obrigatória deve seguir a sua normatização. Por isso, as obras didáticas do PNLD 2021 foram organizadas – assim como na Base – por áreas do conhecimento, aglutinando as disciplinas. Por exemplo, a Geografia está inserida na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas junto com História, Filosofia e Sociologia.

Nessa nova estrutura e concepção do livro e material didático, serão produzidos cinco objetos relacionados, sendo três deles livros destinados a alunos, professores e equipe diretiva, a saber: objeto 1 – projeto de vida e projetos integradores; objeto 2 – obras didáticas por área do conhecimento e obras didáticas específicas; e objeto 3 – obras de formação continuada.

As obras do objeto 2 são aquelas mais próximas aos livros por disciplinas que conhecemos, em verdade, como já expresse elas serão organizadas por áreas do conhecimento, exceto para Matemática, Português e Inglês. Justamente por não haver obrigatoriedade em ministrar as demais disciplinas nos três anos que compõem o Ensino Médio é que os livros se organizam de forma não sequenciada. Explicamos melhor. Cada área do conhecimento conta com seis livros que não são diferenciados nem por disciplina, nem pelo ano a que corresponde, sendo cada um independente do restante da coleção.

Ocorre ainda pontuar, em especial para a produção dos livros didáticos de Geografia que, pela primeira vez, percebemos uma diminuição na participação de autores que haviam produzido livros didáticos nos editais anteriores, reverberando na ausência de nomes clássicos. Ao traçar o perfil desses autores, notamos que eles estão inseridos em um ambiente acadêmico, que possuem algum tipo de vínculo com a Geografia na



Educação Básica ou na formação inicial dos professores, que já possuem algum tipo de contato com a produção de material didático. Contudo, o que mais nos despertou curiosidade foi a espacialidade de onde esses autores produzem conhecimento. Todos (os 22 autores) produzem conhecimento a partir do Sudeste do país (restritos a São Paulo e Minas Gerais), sendo que 19 deles são oriundos da Universidade de São Paulo.

As obras mencionadas destinadas aos Projetos de Vida e Projetos Integradores – objeto 1 – foram as primeiras a chegar nas escolas. No sentido proposto por Gonçalves (2019) de ambientação, isto é, o LD terá por função ambientar as escolas para essa nova realidade imposta com um tipo de obra que nunca havia sido disponibilizada e que atua no bojo da lógica neoliberal no sentido do autoconhecimento, para que os alunos façam a escolha sobre o que perseguir no futuro, para optarem pelo seu itinerário formativo, conforme preconiza a Lei para o Ensino Médio. Foi em razão dessa escolha – do objeto 1 – que imputamos o surgimento de um novo momento de resistência a esse processo, agora por meio – e em razão – do PNLD.

Os movimentos de resistência às políticas educacionais para o Ensino Médio foram contínuos, desde o processo de ocupação das escolas pelos secundaristas<sup>4</sup> às manifestações das entidades/associações vinculadas aos campos disciplinares. Como exemplo apontamos o posicionamento da AGB e da ANPEGE frente às políticas que desobrigavam o ensino de Geografia. As entidades assinaram carta sobre *porque ensinar geografia no ensino médio*, onde pontuam que essa retirada “compromete qualquer capacidade de leitura do mundo vivido” repercutindo nas formas de “ser *no/do* mundo”. Assim como ocorreu durante a Ditadura Empresarial-Militar, a Geografia pode desaparecer da formação básica dos jovens durante o Ensino Médio.

No que se refere aos movimentos de resistência em razão do livro didático<sup>5</sup> oriundos do PNLD 2021, os professores, ao se depararem com as obras e a ausência de diálogo delas com a realidade escolar e com as disciplinas, mas principalmente com o

---

<sup>4</sup> Mais de mil escolas foram ocupadas para uma disputa do que se tornaria a educação brasileira, quando estudantes protagonizaram um movimento de tomada da escola para si. Entre a pauta daqueles que realizavam o movimento, não estavam presentes questões curriculares, conforme embasamento da MP 476, mas sim no sentido de denunciar a precariedade em que as escolas se encontravam, as condições de trabalho docente, mas principalmente em razão do distanciamento entre a formulação das novas propostas curriculares e àqueles que foram afetados.

<sup>5</sup> Em razão da pandemia do Coronavírus, o processo de implementação da Contrarreforma do Ensino Médio e da Base foi retardada. Contudo, isso não ocorreu com o PNLD 2021. Dessa forma, o LD irá cumprir no ano de 2021/2022 o papel fundamental de ser a porta de entrada da BNCC nas escolas o que potencializa a sua chegada nas escolas e os movimentos de resistência advindos dela.



caráter claro dessas com a contrarreforma do EM, fizeram um movimento de não adesão ao Objeto 1. Para além de algumas manifestações coletivas de professores de instituições federais e estaduais<sup>6</sup>, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) manifestou-se no respeito a escolha de cada campus dos Institutos Federais na adesão dos livros e na autonomia didático-pedagógica, o que reverberou na não aceitação de diversos campi ligados à rede, principalmente dos grupos de docentes das Ciências Humanas.

Nesse mesmo sentido, criou-se a *Frente Nacional por um PNLD Democrático* que em seu nome já denuncia a falta de diálogo na conformação desses materiais. De forma que pontuam que o presente PNLD

[...] dilui o conhecimento escolar pelas chamadas “habilidades e competências” de mercado, reorganizando a lógica do currículo por áreas que têm por foco aligeirar o ensino e, apesar de se propor integrador, destitui qualquer concepção pedagógica interdisciplinar autêntica. A ênfase está em livros de projetos que substituem componentes curriculares, ancorados em projetos integradores e projetos de vida reduzidos às competências da BNCC, cujas áreas do conhecimento, adequadas ao Novo Ensino Médio, substituem as disciplinas específicas (PNLD Democrático, 2021, s/p).

Por isso indicaram aos professores e à equipe diretiva o amplo debate sobre a adesão e a indicação da não adesão ao PNLD 2021. Apesar desses movimentos importantes que alertam os rumos dos livros didáticos, o que se verifica é o diminuto engajamento de docentes nessas discussões e no acolhimento a essa alternativa de não adesão ao livro didático. Sobre esse segundo ponto, destacamos que o processo de escolha se faz coletivamente, com o conjunto de docentes de cada área do conhecimento, o que pode ter mobilizado para ações conjuntas na negativa ao livro (ao invés das disciplinas separadamente), mas também pode ter dificultado o consenso em torno da negativa ao objeto.

Soma-se a esse movimento nacional, um expressivo conjunto de notas de grupos de professores das Ciências Humanas que se posicionaram de forma contrária ao PNLD 2021 que aqui se expressam em duas notas: dos docentes de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti e dos docentes do Colégio Estadual

---

<sup>6</sup>Disponível

em:

<<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/livro-didatico-sela-guinada-para-o-novo-ensino-medio>  
<https://de-de.facebook.com/login/?next=https%3A%2F%2Fde-de.facebook.com%2FSeperj%2Fposts%2F3772118666201212>>. Acesso em 20 de jun. de 2021.



João Alfredo. Essas notas foram escolhidas em razão da sua publicidade, mas é notória a existência de outras.

As notas supracitadas posicionam os professores da área de Ciências Humanas e Sociais que não adotarão, pelo menos, o objeto 1 do PNLD 2021. E para essa [não] escolha os docentes percorrem duas linhas argumentativas: que o livro não dialoga com a proposta político-pedagógica e que o PNLD está no lastro das recentes políticas educacionais.

Sobre o primeiro argumento há o posicionamento de os livros de Projetos de Vida (um livro direcionado para o autoconhecimento e – suposta – projeção do futuro dos alunos) e de Projetos Integradores (composto por seis livros com projetos para cada área do conhecimento) não contemplarem e não valorizam as Ciências Humanas, conforme explicitam os excertos:

nenhum [livro] contempla um Projeto Político Pedagógico que valorize as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. [...] o material apresenta *conceitos que não contemplam e nem aprofundam minimamente algumas das disciplinas envolvidas*, tratando de forma extremamente superficial o conhecimento que trabalhamos no cotidiano com nossos estudantes”. (Docentes do Colégio Estadual João Alfredo, 2021, s/p.).

E

[...] analisando todos os livros do PNLD programa Nacional do livro didático, nenhum contempla um projeto político pedagógico que valorize as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia e pretende recriar uma espécie de estudos sociais, tal como ocorreu na época da ditadura militar em que tínhamos as disciplinas de história e geografia filosofia e sociologia junto com moral e cívica e OSPB [...] (Docentes de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, 2021, s/p.).

A não valorização das disciplinas é ponto comum. E importa destacar que isso tem lastro em uma visão neoliberal da educação, que se pretende superficial, que se ocupa com a fabricação de um tipo de sujeito que saiba receber e emitir mensagens (LAVAL, 2019), e não necessariamente que tenha uma postura crítica e questionadora da realidade.

A segunda linha assumida pelas notas é a representação desse PNLD como materialização de todas as políticas precedentes cujas quais os professores já se posicionavam contrariamente em razão de seu caráter autoritário, impositivo para professores e alunos. Expõem-se isso por meio dos trechos:

Sentimo-nos desrespeitados pela forma como o processo tem sido colocado, *sem diálogo com as comunidades escolares e de forma totalmente antidemocrática*, que cerceam nossa autonomia pedagógica,



sem respeitar um planejamento prévio e sério que envolve a implementação da Base Nacional Curricular Comum e o PNLD. (Docentes do Colégio Estadual João Alfredo, 2021, s/p.)

E quando pontuam que essa escolha acentua

o processo de precarização do ensino público, optamos pela "Não Escolha" de nenhum livro porque não vamos compactuar com esse ataque ao ensino público de qualidade e não vamos referendar essa Reforma anti-pedagógica (Docentes de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, 2021, s/p.)

Apesar das diferentes notas e posicionamentos do conjunto de professores das Ciências Humanas, a realidade posta é que o objeto 1 irá chegar massivamente nas escolas. Depreendemos isso a partir dos dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) (BRASIL, 2021) que revelam que, na cidade de Porto Alegre, das escolas que possuem processo finalizado (47 escolas de um total de 79) sobre a adesão ao PNLD 2021, apenas cinco não aderiram integralmente ao Objeto 1 do programa.

Para além da carta-manifesto da AGB e da ANPEGE já mencionadas, outras organizações vinculadas aos docentes (sindicatos e associações), grupos Pibdianos (alunos vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) de Geografia manifestaram, sobre o PNLD, elementos em comum na identificação desse projeto não como uma política educacional isolada, mas sim como um projeto de sociedade. Os elementos, portanto, identificados por esse conjunto de grupos, centraram-se no perfil técnico-profissionalizante; identificaram, nos itinerários formativos, o recrudescimento das desigualdades entre estudantes de escolas privadas e públicas, a ausência de debates com a comunidade escolar na formulação do Ensino Médio, as reverberações dessas mudanças na formação inicial dos docentes e, mais especificamente nas manifestações daqueles grupos vinculados à Geografia, o não reconhecimento da Geografia enquanto disciplina obrigatória.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...**

Os livros do objeto 1 que inauguram a chegada do PNLD nas escolas são identificados, por meio das notas, por não valorizam as disciplinas das Ciências Humanas e que reconstituem os Estudos Sociais – disciplina que emerge frente ao desaparecimento das Ciências Humanas. As cartas atentam para a utilização do discurso da



interdisciplinaridade para não valorizar nem aprofundar as disciplinas que constituem as Ciências Humanas e concebem nisso um ataque à qualidade do ensino público. Por perceberem a imbricação existente do que se tornou o PNLD em razão das políticas que o precedeu (a contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC), as cartas carregam teor combativo forte frente a essas políticas. As cartas, em suma, manifestam a não adesão ao PNLD 2021, não por serem contrárias ao programa/ ao livro didático, mas por perceberem na adoção deste edital como uma adesão às mudanças no Ensino Médio, o que torna o trabalho docente mais precarizado.

Ainda que considere fundamental movimentos como a *Frente*, bem como a publicização das cartas de grupos de professores que não aderiram ao PNLD, percebemos que o programa não será rejeitado pela maioria das escolas e que de fato professores e alunos terão contato com os materiais advindos do PNLD 2021. Por isso, acreditamos ser necessário que faça referência às resistências possíveis a partir do livro didático, criando fissuras para a produção de outros discursos que façam emergir um sujeito solidário, crítico e reflexivo.

Resistir a partir do livro didático é reconhecer a importância desse recurso na realidade de uma sala de aula e da precarização do trabalho docente, é a busca de um resistir por dentro (da escola/da sala de aula/do fazer docente).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – 3a versão. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **BNCC na Escola: Guia para Gestores Escolares**. 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/Guia\\_para\\_Gestores\\_Escola\\_res\\_PP\\_e\\_Formao\\_Continuada\\_na\\_Escola.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/Guia_para_Gestores_Escola_res_PP_e_Formao_Continuada_na_Escola.pdf) Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle**. Relatório de Adesão ao PNLD. 2021. Disponível em: [http://simec.mec.gov.br/livros/publico/index\\_adesao.php](http://simec.mec.gov.br/livros/publico/index_adesao.php) Acesso em: 10 mai. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: Vontade de saber** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.



FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: Curso no Collège de France (1977-1978). 1a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, no.19, P. 7- 27, 2011.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Revista Educação & Realidade**, nº 22, 15-46p., jul/dez, 1997.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em Educação**: Conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEYER, D. E.; e PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

MOTTA, Vânia C; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). 2017. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, no. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDtk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

OLIVEIRA, A. G. **O Livro Didático de Geografia como Estratégia de Governo**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2019.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. In: **Milton Santos**: o espaço da cidadania e outras reflexões. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

---

#### Notas Consultadas:

Docentes de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti. **Nota dos professores de disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti**. 2021.

Docentes do Colégio Estadual João Alfredo. **Carta de repúdio dos docentes das disciplinas de Ciências Humanas do Colégio Estadual João Alfredo**. 2021.

PNLD Democrático. **Carta-Manifesto por uma Frente Nacional por um PNLD Democrático**. 2021. Disponível em: <<https://sinasefe.org.br/site/carta-manifesto-por-uma-frente-nacional-por-um-pnld-democratico/>>. Acesso em 25 mai. 2021.